



Práxis educativa

ISSN: 1809-4031

ISSN: 1809-4309

UNLPam

Floriano, Jaine dos Santos; Cordova, Maria Julieta Weber
Representações de professores(as) no jornal Diário dos
Campos (1932-1950): condições de trabalho e remuneração
Práxis educativa, vol. 15, e2015467, 2020
UNLPam

DOI: <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.15.15467.064>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=89462860053>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em [redalyc.org](https://www.redalyc.org)

redalyc.org
UAEM

Sistema de Informação Científica Redalyc

Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal

Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

Representações de professores(as) no jornal *Diário dos Campos* (1932-1950): condições de trabalho e remuneração

Representations of teachers in the newspaper *Diário dos Campos* (1932-1950): working conditions and remuneration

Representaciones de profesores(as) en el *Diario dos Campos* (1932-1950): condiciones laborales y remuneración

Jaine dos Santos Floriano*



<https://orcid.org/0000-0002-5345-882X>

Maria Julieta Weber Cordova**



<https://orcid.org/0000-0001-6172-8597>

Resumo: Este estudo trata das representações de professores(as) nas páginas do jornal *Diário dos Campos*, de Ponta Grossa, Paraná, no período de 1932 a 1950. Utilizaram-se como pressupostos teórico-metodológicos a abordagem cultural do conceito de representação e a análise discursiva das mídias. A pesquisa documental possibilitou perceber questões significativas no que tange aos discursos instituídos e às representações de professores(as) a partir das condições de trabalho e de remuneração docente, categorias centrais da análise. As matérias selecionadas para estudo demonstraram a questão da desvalorização docente de forma bastante contundente no período analisado. Os salários eram baixos, atrasavam constantemente e as condições de trabalho eram precárias. Propagavam-se discursos de que o magistério deveria espelhar-se por um ideário de sacerdócio, como missão, prescindindo de pautas afetas à carreira.

Palavras-chave: Representações de professores(as). *Diário dos Campos*. Ponta Grossa-PR.

Abstract: This study discusses the representations of teachers on the pages of the newspaper *Diário dos Campos*, from Ponta Grossa, state of Paraná, Brazil, from 1932 to 1950. The cultural approach to the concept of representation and the discursive analysis of the media were used as theoretical-methodological assumptions. The documentary research allowed perceiving significant issues regarding the instituted speeches and the representations of teachers related to their working conditions and remuneration, central categories of the analysis. The materials selected for study demonstrated the issue of devaluation of teachers very forcefully in the analyzed period. Speeches that the teaching profession should be molded by a priesthood ideal, as a mission, without career-related guidelines were propagated.

Keywords: Representations of teachers. *Diário dos Campos*. Ponta Grossa-PR.

* Professora da Rede Básica de Ensino na Prefeitura Municipal de Ponta Grossa. E-mail: <jaine.f@hotmail.com>.

** Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). E-mail: <maria.julieta.historia@gmail.com>.

Resumen: Este estudio trata de las representaciones de los profesores(as) en las páginas del periódico *Diário dos Campos*, en Ponta Grossa, Paraná, Brasil, en el período de 1932 a 1950. Se utilizaron como supuestos teóricos y metodológicos el enfoque cultural del concepto de representación y el análisis discursivo de los medios. La investigación documental posibilitó percibir cuestiones significativas con respecto a los discursos instituidos y a las representaciones de profesores(as) a partir de las condiciones de trabajo y la remuneración docente, categorías centrales del análisis. Las asignaturas seleccionadas para el estudio demostraron el tema de la devaluación docente de forma muy contundente en el período analizado. Los sueldos eran bajos, constantemente retrasados y las condiciones de trabajo eran precarias. Se propagaban discursos de que el magisterio debería reflejarse en un ideal del sacerdocio, como misión, prescindiendo de pautas relacionadas con la carrera.

Palabras clave: Representaciones de professores(as). *Diário dos Campos*. Ponta Grossa-PR.

Introdução

Na perspectiva da História Cultural, o aporte teórico das representações direciona a análise para a percepção da realidade social em que os sujeitos estão inseridos, bem como seus discursos e práticas culturais. De acordo com Burke (2008, p. 21), “[...] a tentação a que o historiador cultural não deve sucumbir é a de tratar os textos e as imagens de um certo período como espelhos, reflexos não problemáticos de seu tempo”. As representações não são, portanto, extensões diretas da realidade observada, tampouco “[...] uma cópia do real, sua imagem perfeita, espécie de reflexo, mas uma construção feita a partir dele” (PESAVVENTO, 2005, p. 21). Desse modo, é necessário perspectivar para a relação simbólica, intrínseca ao conceito, bem como o sentido do que se enuncia.

Uma abordagem cultural do conceito de representação parte, por conseguinte, do pressuposto de que o viés cultural fundamenta o modo de ser e de viver dos sujeitos. É importante perceber também que os grupos tendem a impor valores e concepções ao mundo social. Para Chartier (1990):

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem a universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. (CHARTIER, 1990, p. 17).

De acordo com Chartier (2002), a partir do estudo das representações, pode-se depreender que toda prática ou estrutura social é produzida culturalmente. Por sua vez, as representações compreendem relações de produção, circulação e apropriação. Destacou-se, no estudo, que a construção de uma possível caracterização identitária de professores(as) aponta mais para questões discursivas referentes às formas pelas quais estes(as) foram representados(as) do que como se percebiam no seu ofício. Evidenciaram-se elementos de como as representações foram delineadas pelos grupos sociais que as teceram, porém buscou-se também perceber os sujeitos nas falas, ou seja, a intencionalidade dos interlocutores da produção discursiva. Para tanto, ponderaram-se elementos mobilizadores de legitimidade e de reconhecimento social.

Ao tomar-se por base tais premissas teóricas, é que este artigo¹ trata das representações de professores(as) ou, mais especificamente, sobre professores(as), publicadas nas páginas do jornal

¹ Resultante da pesquisa de dissertação intitulada “*Não me interessa mais esta profissão*”: representações dos professores no jornal *Diário dos Campos (1932-1950)* (FLORIANO, 2019), defendida em 2019, no Programa de Pós-Graduação em Educação da UEPG, linha de pesquisa História e Política Educacionais. A pesquisa documental foi realizada no acervo do Museu Campos Gerais (UEPG).

Diário dos Campos, de Ponta Grossa-PR, no período de 1932 a 1950. Elenca-se, como categorias centrais, matérias que contemplaram condições de trabalho e de remuneração.

A análise documental focalizou um veículo da imprensa escrita local, fundamentando-se na perspectiva discursiva das mídias, por Charaudeau (2013), em que o discurso não é a língua em si, pois, para além do uso das regras da língua, a discursividade consiste em uma combinação entre a forma e as circunstâncias em que se escreve, considerando quem produz e os respectivos destinatários do discurso, ou seja, a relação de intencionalidade e de recepção, bem como o suporte da escrita. Desse modo, o acontecimento não tem significado por si só, mas cria sentidos ao ser transformado em discurso que, relacionado à perspectiva das representações, consubstancia-se na construção de sistemas de valores do que Charaudeau indica por “categorização social do real”. Segundo o autor:

As representações, ao construírem uma organização do real através de imagens mentais transpostas em discurso ou em outras manifestações comportamentais dos indivíduos que vivem em sociedade, estão incluídas no real, ou mesmo dadas como se fossem o próprio real. Elas se baseiam na observação empírica das trocas sociais e fabricam um discurso de justificativa dessas trocas, produzindo-se um sistema de valores que se erige em norma de referência [...]. Em resumo, as representações apontam para um desejo social, produzem normas e revelam sistemas de valores. (CHARAUDEAU, 2013, p. 47).

O recorte temporal foi delimitado pela disponibilidade da fonte, porém, evidenciando, também, aspectos essenciais do contexto político, nas décadas de 1930 e 1940, tanto no âmbito nacional quanto regional e local. Há de salientar-se que não foram encontrados exemplares do **Diário** nos anos de 1930 e 1931. Optou-se pelo recorte até 1950, por considerar-se que, a partir desse contexto, seriam necessárias outras análises de ordem política, inclusive do ponto de vista discursivo no tocante às matérias publicadas. O material consultado foi digitalizado e organizado em um banco de dados próprio.

Para a elaboração deste artigo, foram elencadas 17 matérias que tratavam de conteúdos relacionados à remuneração e às condições de trabalho docente. As matérias selecionadas trouxeram elementos fundamentais para a apreensão do debate educacional por meio da imprensa escrita local, evidenciando questões significativas no que tange aos discursos instituídos e às representações de professores(as). A fim de dar sustentação à análise, contemplam-se dois momentos na abordagem. Inicialmente, discorre-se sobre a utilização do **Diário** na pesquisa documental, focalizando aspectos sobre a materialidade do jornal como fonte histórica, bem como as reverberações discursivas a partir de sua representatividade local e regional. Em seguida, trata-se especificamente das representações dos(as) professores(as) no referido jornal.

Discursos e representações nas páginas do Diário

A vida cotidiana registrada em páginas de jornal possibilita ao pesquisador observar e compreender um determinado contexto, trazendo informações tanto de sujeitos ilustres quanto anônimos (CAPELATO, 1988). É nesse sentido que o estudo documental da imprensa escrita propiciou compreender discursos e representações de professores(as) nas décadas de 1930 a 1950, na cidade de Ponta Grossa – PR.

Jornais são fontes recorrentes em pesquisas na área da história da educação, pois como “[...] lugar de fala legitimado sobre a realidade contribui para a definição de papéis e a afirmação de valores e sentidos na sociedade” (DARDE, 2013, p. 6). Justamente por registrarem discursos, fornecem “[...] uma gama de informações sobre o contexto histórico em que foram produzidos, registrando acontecimentos, posicionamentos políticos e culturais de seus respectivos produtores

sociais" (SIMÃO, 2015, p. 6). No entanto, é necessário ter clareza que conteúdos de jornais traduzem o perfil intelectual de editores e de escritores, apontando para forças políticas dominantes de determinado contexto. Para Chartier,

[...] qualquer fonte documental que for mobilizada para qualquer tipo de história nunca terá uma relação imediata e transparente com as práticas que designa. Sempre a representação das práticas tem razões, códigos, finalidades e destinatários particulares. Identificá-los é uma condição obrigatória para entender as situações ou práticas que são o objeto da representação. (CHARTIER, 2011, p. 16).

Cabe então ao pesquisador tensionar o “[...] movimento vivo das ideias e personagens que circulam pelas páginas dos jornais”, procurando compreender que toda escrita carrega em si elementos de subjetividades, já que seus produtores são “[...] sujeitos dotados de consciência determinada na prática social” (CAPELATO, 1988, p. 21). Assim sendo, seguramente, a imprensa pode se constituir como um meio de manipulação.

O período de 1930 a 1950², recorte temporal da pesquisa, foi demarcado pela chamada Era Vargas (1930-1945). A partir de 1946, o General Eurico Gaspar Dutra governou o país, e Getúlio Vargas voltaria ao poder nas eleições presidenciais de 1951. O contexto histórico tratado compreendeu, portanto, grande parte do período getulista. E a imprensa foi um meio bastante utilizado para cativar a população e fazer propagandas de obras e de feitos governamentais. Ainda segundo Capelato (1988, p. 13): “Os que manejam a arma-jornal têm uma variada gama de opções entre o domínio das consciências e da liberdade, os alvos que procuram atingir são definidos antes da luta”. O uso da propaganda política em regimes autoritários é, portanto, estratégico ao se utilizar de repetições de caráter emocional, em formato de apelos e promessas à população em geral, daí o severo controle aos meios de comunicação. Durante o período do Estado Novo (1937-1945), foram criados órgãos específicos de repressão. Assim, “[...] só restava para a imprensa livre um recurso, o da clandestinidade”, já que a Constituição de 1937 “[...] legalizou a censura aos meios de comunicação” (SODRÉ, 1998, p. 382). Em 1939, foi criado o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) que, dentre outras funções, controlava a imprensa escrita. De acordo com Capelato (1999, p. 173), “[...] a partir de 1940, 420 jornais e 346 revistas não conseguiram registro no DIP. Os que insistiram em manter sua independência ou se atreveram a fazer críticas ao governo tiveram sua licença cassada”.

Nesse contexto repressivo, acentuavam-se imposições à imprensa para reprodução de discursos oficiais, pois a propaganda política foi um dos pilares de sustentação do regime político varguista. Foi, também, por meio do controle da imprensa, que o governo getulista investiu em questões educativas. Criar um novo homem para o Estado Novo tinha como ponto discursivo central investidas em projetos educativos para se pensar militarmente, fortalecendo a questão do nacionalismo por meio de uma política autoritária, em que a educação serviria como instrumento de controle (BOMENY, 1999).

Desde as primeiras décadas do século XX, Ponta Grossa destacava-se pela posição de entroncamento ferroviário, constituindo-se como referência no cenário paranaense, haja vista a crescente reestruturação urbana que suscitava, culturalmente, diferenciadas sociabilidades, impulsionando ampla produção e circulação de informações. Na esfera local e regional, o **Diário** configurava-se como um dos principais jornais do interior do Paraná. Suas edições foram publicadas, em média, de 4 a 8 páginas nas décadas pesquisadas. De modo geral, a primeira página era destinada às notícias sobre economia e política, enquanto assuntos relacionados à educação

² Na esfera estadual, ressaltam-se os governos de Manoel Ribas (1932-1945) e Moysés Lupion (1947-1951, 1956-1961). E na municipal, o governo do prefeito Albary Guimarães (1934-1944).

tinham pouca visibilidade, consistindo em notas pequenas e que raramente apareciam na primeira página.

Ainda que seja fundamental focalizar o contexto em que se insere o recorte temporal da pesquisa, uma constante percebida na linha editorial do jornal, desde sua fundação em 1907 sob o nome de *O Progresso*, foi a atuação de editores de considerável representatividade na cultural local. Passando por diferentes proprietários, Chaves (2001, p. 34-35) assevera que o **Diário** se firmou “[...] como principal órgão da imprensa ponta-grossense”. E até início da década de 1930, “[...] esteve estreitamente vinculado aos nomes de Jacob Holzmann e Hugo dos Reis”, o primeiro como fundador e o segundo como consolidador da imprensa ponta-grossense, assim considerados pelo meio jornalístico local daquele período.

Gadini (2018) aponta que, nas duas primeiras décadas do século XX, o referido jornal constituía-se como o único periódico com circulação cotidiana no interior paranaense:

É importante considerar o contexto que marca o jornalismo brasileiro no início do século XX para, assim, entender o que e como se faz jornal no interior do Paraná, a partir do DC. Regra geral, os periódicos não usavam imagem (a não ser chapas de personagens públicas, disponíveis para *chapar* em tinta e projetar o impresso em preto e branco). Boa parte das notas e textos assinados em forma de análise ou comentário sobre situação internacional é oriunda de agências noticiosas via telegrama. O mesmo vale para temas nacionais, que são enviados principalmente a partir do Rio de Janeiro, capital federal. Com menor frequência, temas regionais são recebidos da capital do Estado, Curitiba [...] produzido basicamente por duas ou três pessoas, embora majoritariamente pelo diretor-editor. Os assuntos locais são pautados do cotidiano da cidade, por demanda e contato pessoal ao editor, relatos de eventuais colaboradores de municípios da região, que levavam até a sede do jornal, além de boletins de ocorrência policial, quando considerados impactantes aos moradores. (GADINI, 2018, p. 145).

Em 1931, foi adquirido por José Hoffmann, conhecido como Juca Hoffmann, atuante tanto na área jornalística como política, figura central na editoração das matérias tratadas no período delimitado para a pesquisa. José Hoffmann preocupava-se em relacionar o contexto local com a realidade nacional, apontando em seus escritos o que seriam pontos positivos e negativos da cidade, escrevendo notícias a partir do que observava no cotidiano ponta-grossense. Utilizava-se de um discurso que supunha conotação ao jornal como porta-voz da verdade (CHAVES, 2001). De acordo com Charaudeau (2013), notícias de jornais, em geral, pautam-se pela busca de credibilidade, a qual dependeria da posição social do informador, ou mesmo de sua notoriedade. O editor do jornal em questão preenchia tais características por se tratar de uma personalidade renomada, tanto pelo exercício do ofício na área jornalística quanto por sua carreira política de vereador (1947), deputado (1950) e prefeito (1955-1958, 1962-1966), posições que o projetaram socialmente. José Hoffmann “[...] adotava o tom popularesco de ‘eu e o operariado’, ‘eu e os trabalhadores’, ‘eu e o homem simples’, buscando sempre se aproximar dos segmentos mais populares da sociedade ponta-grossense” (CHAVES, 2001, p. 50-51), porém demarcando sua posição de fala.

Por um período de quase meio século, José Hoffmann foi uma das pessoas de maior destaque na sociedade ponta-grossense [...]. Na prática cotidiana exercia a profissão de jornalista à frente do Diário dos Campos [...]. Não frequentou curso superior, mas foi um autodidata, reunindo conhecimento nas mais variadas áreas como a filosofia, a política, a economia [...]. Como homem político, foi vereador, deputado e por duas vezes prefeito de Ponta Grossa [...]. Durante quase toda sua carreira política foi filiado e militante do PTB, criado em 1945 por Getúlio Vargas, de quem se dizia profundo admirador. Anteriormente, Hoffmann fora um dos membros mais ativos do PSD em Ponta Grossa. (CHAVES, 2001, p. 46-48).

Os artigos de José Hoffmann abrangiam temas variados, com especial destaque ao cotidiano local. No presente estudo, enfatizam-se matérias referentes à educação e aos(as) professores(as). Foram consultadas cartas, entrevistas e temáticas relacionadas à vocação, à formação e, mais especificamente, à carreira e à remuneração. Na maioria das matérias, não foram encontrados registros de autoria, mas é possível apontar para o protagonismo do próprio editor do jornal. Não havia uma coluna específica sobre professores(as). Em decorrência disso, a análise centrou-se essencialmente em notas únicas, muitas vezes sem continuidade em números posteriores e raramente publicadas na primeira página do jornal, o que possibilitou, inclusive, problematizar a representatividade dos(as) professores(as) pelo grau de relevância das matérias sobre educação, tendo em conta a pouca visibilidade desta temática na ordem de diagramação das publicações do **Diário**.

As representações dos(as) professores(as) no Diário dos Campos

O contexto delimitado para estudo é revelador da tônica que perpassa a história da educação no Brasil – de sérias problemáticas sociais devido à falta de investimentos na área educacional. Na análise documental, problemas de remuneração docente foram apontados desde o governo de Affonso Alves de Camargo³, como demarcou a seguinte matéria: “O Sr. Affonso Camargo quando governou, não trepidou em desviar a verba paga pelo governo da União, aos professores federaes, que há três annos não percebem os seus minguados vencimentos” (O PROFESSORADO..., 1932, ed. 5756). O que é demonstrativo de que questões de gerenciamento político já incidiam diretamente na vida dos(as) professores(as), especialmente no que concerne às condições de trabalho e de remuneração, perpassando diferentes mandatos governamentais. No governo de Manoel Ribas (1932-1945), foram frequentes as publicações sobre atrasos na remuneração, conforme veiculava matéria de 6 de março de 1932:

É opportuno que o Sr. Manoel Ribas, interventor paranaense, ora no Rio, se interesse pela sorte dessa classe de funcionários. Com quanto grande seja o benefício que trará ao estado o pagamento das requisições, é inegável que, saldando o débito sagrado para com os professores federaes e estadoaes em atraso, o Sr. Manoel Ribas terá cumprido um dever e tido um gesto altamente sympathetico. O pagamento do funcionalismo virá beneficiar os humildes, enquanto que as requisições virão encher os cofres e bahus dos agiotas. Não se pode exigir dessa classe de funcionários e de patriotas maiores sacrifícios que os que lhes tem sido impostos durante estes três annos de trabalhos, que regularmente exigidos não são pagos, numa verdadeira “chantage” official! (O PROFESSORADO..., 1932, ed. 5756).

O trecho citado relatava como os(as) professores(as) enfrentavam problemas de não recebimento por longos períodos. Outro relato sobre vencimentos atrasados, dirigido ao governador Manoel Ribas, no início de seu governo, foi registrado em carta escrita por uma professora, publicada no **Diário dos Campos**, em setembro de 1932. Alertava-se que vários outros

³ Importante ressaltar que, no período de 1916 a 1930, houve um revezamento de poder das famílias Camargo e Munhoz da Rocha, no Paraná. Affonso Alves de Camargo (1916-1920, 1928-1930) e Caetano Munhoz da Rocha (1920-1924, 1924-1928) demarcaram, no Executivo paranaense, um período de dominação oligárquica familiar na Primeira República. Bento Munhoz da Rocha Netto, filho primogênito de Caetano Munhoz da Rocha, governou de 1951 a 1954. O que é indicativo de que a questão oligárquica, no Paraná, está estreitamente relacionada à genealogia de poder familiar, evidenciada desde o projeto de emancipação política em 1853. Tal condição tem favorecido, historicamente, alternâncias nas posições de mando do estado e desdobrando-se nas esferas municipais em gestões que zelam pelo continuísmo político, no que Ricardo Costa de Oliveira denomina por situacionismo paranaense em relação ao centro do poder (OLIVEIRA, 2001; CORDOVA, 2016).

jornais propagavam notícias em favor do governo, de que este teria acertado vencimentos atrasados dos(as) professores(as), o que, de fato, não havia ocorrido:

Illmo. Snr. Diario dos Campos
Cordiais saudações

Sendo assídua leitora de vosso conceituado jornal, e muito apreciando a maneira desassombrada com que defende as classes oprimidas, venho lembrar-vos (caso V. S. ache oportuna ocasião) que o governo está proclamando por todos os jornaes que, presentemente não ha funcionario com vencimentos atrasados etc. No entanto os professores federaes não recebem um vintém há muitos Meses. Si o governo federal comprometeu-se em auxiliar o Paraná, criando uma verba para custear professores, é justo que cumpra a promessa.

Os professores federaes executam o programa oficial, trabalham por tanto como os outros, recebem visitas dos inspetores do ensino e sofre a mesma punição em casa de falta.

Porque então podem, trabalhando assim, esperar a remuneração por tempo indeterminado? Acaso o comercio é obrigado a sustenta-los? Ou então esses professores trabalham porque gostam de trabalhar? Como essa pobre classe não tem padrinhos, é necessário que algum espírito filantropico se manifeste a favor. Creio que bastará um apelo ao nosso interventor, para que ele prontamente providencie. Esperando que V. S. dirá algo sobre isto, pelas colunas do vosso sympathico jornal, agradeço imensamente. Uma professora federal. (OS PROFESSORES..., 1932, ed. 5923).

É fundamental apontar que, no gênero discursivo de carta, o locutor, geralmente externo à equipe editorial, necessita “[...] justificar por que tomou a palavra (em nome de quê), impor-se como sujeito falante, e identificar ao mesmo tempo o interlocutor (ou o destinatário) ao qual ele se dirige” (CHARAUDEAU, 2013, p. 71). A reclamação da professora, ao encontrar espaço de fala no jornal, denunciava atraso no recebimento dos salários, mas que cobranças e pressões continuavam sendo exigidas pelos inspetores. Em 25 de maio de 1932, o **Diário** publicava outra nota de caráter reivindicatório sobre as condições da profissão, opondo-se à “[...] transferencia de professores sem previa consulta e consenso destes; a nomeação de professores não normalistas a cargos affectos a estes; redução injustificável de vencimentos; intromissão de interesses políticos, sejam quaes forem, nas coisas de ensino” (FUNDOU-SE..., 1932, ed. 5819).

Como se pode notar, o atraso das remunerações, além de ser recorrente, estaria vinculado a diversas questões que afetavam diretamente a vida profissional, como transferências sem prévias consultas e redução de vencimentos, o que certamente contribuiu para a consolidação de associações profissionais de classe. Ressalte-se que, em 1947, foi criada a primeira organização de professores(as) no Paraná, o que indica que tais discussões já se constituíam em pauta de suas ações.

Outras notas que envolviam a carreira docente foram demonstrativas de embate e de descasos governamentais. Veja-se, por exemplo, nota de 10 de maio de 1935, sobre tabela de reajuste de vencimentos:

[...] o aumento não há de ser grande coisa: mas, com certeza [...] **dá para o professor comer mais do que três vezes por semana...** Já era tempo de se olhar um pouco pela melhoria dessa benemérita e grande classe, cujos vencimentos nem pagava a pena de se confrontar com o dos membros menos graduados de outras classes. Emfim, que o benemérito governador Sr. Manoel Ribas mande pôr em execução a nova tabella, é o que sinceramente desejamos. (O REAJUSTAMENTO..., 1935, ed. 6680, grifo nosso).

A própria referência ao número de refeições é demonstrativa de baixa renda salarial. Uma recorrência discursiva é a de que os(as) professores(as) como “benemérita classe” deveriam ser valorizados(as), a começar pelos salários. Entretanto, em matéria de 27 de maio de 1935, o **Diário** publica um comparativo do magistério com outras profissões: “[...] depois dos carteiros e dos estafetas dos telegraphos, a classe dos funcionários públicos peior remunerada no Brasil é a dos

professores primários” (QUANTO..., 1935, ed. 6684). A mesma matéria ainda pontuava que a “categoria” dos(as) professores(as) primários(as) seria a mais injustiçada, trazendo, inclusive, dados de variação salarial em vários estados do país:

Assim é que no Distrito Federal, agrupados em varias cathegorias, os professores primários ganham de 7.800\$ máximo, a 3.600\$ mínimo. Em S. Paulo, 7.200\$ com 20 annos de serviço, e 4.800\$ com 5 annos; os professores de 1^a, 2^a e 3^a entrância, respectivamente, 1.770\$, 1.920\$ e 2.280\$000. No Rio Grande do Sul, 6.766 maximo e 1.980\$ mínimo. Em Minas Gerais, na capital 3.960\$; nas cidades e villas, 3.360; nos distritos 2.400\$; estagiário a capital 2.280\$; nas cidades e villas 1.560\$000. Em Alagoas e no Amazonas, 4.200\$, 3.600\$, 3.000\$ e 2.400\$, conforme a classificação. Na Bahia, 3.200\$. No Ceará, 2.928\$ e 2.196\$. No Espírito Santo, de 1.800\$ a 4.320\$. Em Goyaz, de 3.480\$ a 3.840\$ os professores de grupos; os das escolas isoladas, 2.160\$, 1.800\$ e 1.440\$. No Maranhão, com três cathegorias de professores 1.200\$, 2.700\$ e 3.000\$. Em Mato Grosso, 1.560\$ e 2.240\$. No Pará 3.000\$ e 1.800\$. No Paraná, 3.900\$ e 960\$. Em Pernambuco, 4.200\$ e 3.000\$. No Piauhy, 3.600\$ e 2.400\$. Na Parahyba, 3.700\$ e 1.800\$. No Rio Grande do Norte 2.400\$ e 1.200\$. Em Santa Catharina, 3.840\$ e 1.152\$. Não raramente pago impontualmente ou caloteado sem piedade o pagamento de vencimentos do professorado social. Em conclusão: enorme diversidade de classificação e infeliz nação, onde o professor primário trabalhando muito e pessimamente pago é estimulado de tal modo! (QUANTO..., 1935, ed. 6684).

Durante a primeira metade do século XX, o sistema educacional em São Paulo servia-se como modelo a ser seguido nas diferentes regiões do país. Contudo, esse prestígio acabava por acentuar a permanência de inúmeros problemas escolares. Dentre eles, a forma como a carreira docente organizava-se, conforme trecho da matéria publicada em 1937:

A carreira do professor, no Estado de São Paulo, está regulamentada por um decreto de dois annos e que trata, com requintes de mãe extremosa, de dois pontos da vida do mestre-escola: o ingresso nos quadros do magistério oficial e as remoções de professores, de uma para outra escola ou classe. Dahi para cima, porém, e um Deus nos acuda. Nada se salva. Nem mesmo o professor. Houve, há tempos, um decreto de iniciativa de Sud Mennucci, que mandava instituir a caderneta e o almanack do professor. Seria, mais ou menos, o que já se faz há tanto tempo no Exercito e na Armada. Um registro das actividades de todos os professores estabelecendo normas para o acesso aos cargos, por merecimento e por antiguidade. Dessa maneira, a exemplo do que acontece nas forças armadas, o professor perdido no fundo do sertão longe dos centros administrativos, ignorado, esquecido, teria o seu nome na lista e chegaria a sua vez de ser promovido. Haveria, quando não mais, a certeza de que fossem quês fossem o esquecimento ou a má vontade, chegaria fatalmente o tempo da promoção por antiguidade. E só essa certeza bastaria para animar muito o professor que anda amarelo de fazer dô. (A CARREIRA..., 1937, ed. 9182).

Como se pode notar, não havia regulamentação própria da carreira docente, tampouco padrões de remuneração. As normativas escolares pautavam-se em legislações regionais, porém já se pode apontar algumas diretrizes de centralização, características do contexto político getulista, conforme matéria de 27 de fevereiro de 1940:

O Presidente da república assinou o decreto-lei 2.028, de 22 de fevereiro, instituindo o registro profissional dos professores e auxiliares de administração escolar, dispondo, ainda sobre as condições de trabalho dos empregados em estabelecimentos particulares de ensino. (REGISTRO..., 1940, ed. 10429).

O Decreto-lei citado assinalava características próprias ao trabalho docente, coibindo “[...] o funcionamento particular de ensino que não remunere condignamente os seus professores, ou não lhes pague, pontualmente, a remuneração de cada mês” (REGISTRO..., 1940, ed. 10429). Isso aponta uma contradição: atrasavam-se os pagamentos dos professores públicos, mas instituía-se

uma lei que regulamentava normativas de amparo à carreira docente em redes particulares de ensino.

De forma concomitante, formavam-se elementos de discursividade em torno da idealização da vida do(a) professor(a) e do magistério como missão e sacerdócio, concebendo-o como um ato de entrega e doação, representado pela nobreza do ato de educar, o que compensaria problemas de ordem material, conforme matéria de 6 de outubro de 1942:

É uma vida sublime, a vida do professor e que, por isso mesmo, toca ás raras ca [sic] perfeição. Quem ingressa no magistério sabe, de antemão, que não irá ali usufruir pingues vantagens de ordem material. O caminho se lhe afigura, num horizonte límpido, cheio de percalços e desilusões. E no entanto ai temos as nossas escolas formadoras de professores a fornecerem todo ano, novos sacerdotes para o evangelho do conhecimento. Qual missão pode existir na terra mais útil e nobre do que a do professor? Nenhuma lhe sobrará em méritos! (O DIA..., 1942, ed. 11100).

Argumentações que justificavam baixos salários recebidos pelos(as) professores(as) encontravam sustentação na perspectiva da feminização do magistério, uma vez que este era visto mais como uma missão do que como uma profissão, muitas vezes, inclusive, como extensão da maternidade. O magistério configurava-se em uma função ideal para mulheres, as quais poderiam conciliar atividades escolares sem abdicar de seu papel de esposa e de mãe, o que, por extensão, passava a caracterizar a profissão docente pelo gênero e por uma certa provisoriação em detrimento de um viés profissional para prosseguimento na carreira. Destacavam-se glorificações e louvores ao magistério em prol de valores patrióticos, conforme matéria de 25 de novembro de 1944:

Quanto maior for o número de nossas professoras maior também serão as nossas probabilidades de alfabetização e instrução popular. Além disso, o curso de professora é completa preparação, assim para a vida profissional como para a vida doméstica. E as nossas jovens encontram nas escolas de professoras, ambiente próprio para o estudo, na sua condição de mulher. Necessitem ou não de exercer o magistério, o curso de professores é título honroso e nobre, além de acessível a todas as pessoas, pobres ou ricas. No exercício profissional, ou como bem o dissera D. Julia Wanderley - na missão que abraçam as jovens professoras irão, com o próprio trabalho, realizar obra de verdadeiro patriotismo. (MAIS PROFESSORAS, 1944, ed. 12.216).

Ao mesmo tempo que se defendia que a vida docente era sublime e honrosa; por outro lado, atentava-se para o fato de ser uma carreira cheia de desilusões. Ainda de acordo com a matéria, “[...] é tão pequena a remuneração, que nem mesmo com as garantias de um emprego público efetivo consegue atrair suficiente número de candidatos” (PROBLEMAS..., 1944, ed. 12064). Muitos registros apontavam para queixas das condições de trabalho e de remuneração, pleiteando-se equiparações salariais, vide matéria de 19 de maio de 1944:

O professorado tem aspirações mínimas. Já nem sabe sonhar com “altos salários”. Solicita apenas equiparação à classe de escrivários. E estes – os escrivários - são funcionários muito dignos e dedicados, mas não precisam de um diploma para bater ás portas da repartição. Que não dispensem de dezenas de milhares de cruzeiros e longos anos de estudos na formação profissional indispensável aos mestres. E que, sobretudo, podem ser promovidos mais rapidamente do que os mestres – pois que estes somente atingirão os vencimentos correspondentes aos de 10 escrivários depois de 25 anos de serviço. O professorado primário alimenta, como se vê, pretenções mínimas. Em verdade, nem pecar sabe, tão baixo vem sendo o seu padrão de vida. (PROBLEMAS..., 1944, ed. 12064).

Os obstáculos à ascensão na carreira ficam evidentes ao se fazerem comparativos com outras profissões mais atraentes, por exigirem menos esforço na formação educacional e maior

salário. O padrão de vida do professorado evidenciava-se pelos baixos salários e quase nulidade de perspectivas futuras na carreira. Ainda que fossem frequentes registros do cenário de desvalorização da profissão, quase todos os anos publicavam-se notas sobre o dia dos(as) professores(as). Dentre as matérias analisadas, uma referência, a princípio curiosa, foi o registro do Dia do Professor, em 6 de outubro. De acordo com Osinski (2015), a comemoração data da Primeira República (1889-1930), conjuntamente a outras ritualizações de dimensão simbólica, como festas cívicas, exposições escolares e exames públicos. Assim como datas religiosas e nacionais, o Dia do Professor foi implantando com finalidades políticas, enfatizando a educação como central do ideário republicano. De acordo com matéria de 6 de outubro de 1945:

A consagração da data representa justíssima homenagem prestada à uma classe de funcionários a que mais deve o país. O professor, como o sacerdote, como o médico, não exerce uma profissão: desempenha uma nobre e espinhosa missão. Nenhuma tarefa exige mais paciência, mais abnegação, mais espírito de sacrifício e mais apurado senso do dever do que a tarefa de ensinar [...]. (SERÁ..., 1945, ed. 12688).

No entanto, ainda que se projetasse um ideal de sacerdócio ao(a) professor(a), várias foram as matérias que retratavam insatisfação por atraso prolongado dos pagamentos e dos baixos salários, o que levava muitos a procurarem outras profissões. As páginas do **Diário** trazem registros que apontam para diferentes perspectivas de representações dos(as) professores(as), inclusive contradições, pois:

As lutas de representações são assim entendidas como uma construção do mundo social por meio dos processos de adesão ou rechaço que produzem. Ligam-se estreitamente à incorporação da estrutura social dentro dos indivíduos em forma de representações mentais, e o exercício da dominação [...]. (CHARTIER, 2011, p. 22).

Não se pode negar que a profissão docente tinha certo prestígio social e que vários discursos eram propagados no sentido de que era necessário valorizar mais os(as) professores(as). Entretanto, percebeu-se que muitos desses discursos acabavam por contribuir para a manutenção de idealizações da profissão. Assim, dizia-se que o magistério era tarefa nobre, missão e ato de amor; logo, não necessariamente requeria contrapartida salarial.

O **Diário** esteve no entremeio desses direcionamentos, ao mesmo tempo que propagava a ideia de vocação e de sacerdócio, destacava-se na publicação de matérias que se referiam aos problemas da profissão, abrindo espaço de contestações por intermédio de alguns interlocutores por melhores condições salariais e da carreira. Pode-se presumir que o próprio contexto político local e regional repercutia nos posicionamentos da editoria do jornal. Estudos sobre a imprensa escrita local apontam que José Hoffmann mantinha estreita relação com o governo estadual de Manoel Ribas (1932-1945) e municipal de Albary Guimarães (1934-1944), com maior ênfase a partir da implantação do Estado Novo (1937-1945), o que indica direcionamentos editoriais do **Diário** às demandas do governo getulista. Ainda que o jornal abrisse espaço para algumas intermediações de cunho mais contestatório, como as referidas condições de vida de professores(as), o crivo da ordem e da idealização do papel do(a) professor(a) foram recorrentemente evidenciados, tendo em conta o contexto de centralização desse período autoritário pelo qual perpassava o país.

Com salários baixos e atrasados, para quitar contas de subsistência, muitos(as) professores(as) atuavam em outros empregos, complementando a renda. Foram publicadas, no ano de 1947, já no período de redemocratização, portanto, entrevistas realizadas com vários(as) professores(as) que tinham vínculos com outras ocupações profissionais, o que pode ser configurado como um tipo diferenciado de gênero discursivo, ao que Charaudeau (2013) trata por “encenação do acontecimento provocado”, ou seja, que apresenta características bem específicas: as falas são exteriores aos agentes da mídia, isto é, não emanam do jornalista; são motivadas por

um tema da atualidade; são justificadas pela identidade daqueles que falam, como neste caso, por professores(as) que atuam no município, enunciando ao público discursos de determinadas categorias profissionais.

Cabe destacar que alguns(mas) professores(as) entrevistados(as) detinham reconhecimento público na cidade, por isso foi possível identificar suas trajetórias. Entretanto, para salvaguardar o anonimato dos sujeitos da pesquisa, optou-se por utilizar as letras iniciais de seus nomes. O primeiro professor entrevistado, S. M., ministrava aulas na Academia Pontagrossense de Comércio e também exercia o ofício de alfaiate. Quando indagado se acreditava em uma melhoria da situação da carreira do magistério, ele respondeu dizendo que esperava há 18 anos e que logo concluiria seu curso de guarda-livros e mudaria de profissão. Também declarou:

A situação econômica dos que vivem exclusivamente do magistério primário é lastimável. Com os vencimentos que percebemos mal podemos manter a família e solver os compromissos que assumimos. Lá não vivo só do magistério porque sou alfaiate. Graças a esta profissão, por sinal mais rendosa, apresento-me na sociedade como deve se apresentar um professor. E não faço questão que me chamem de professor, mas sim de alfaiate. (MAGISTÉRIO PRIMÁRIO, 1947, ed. 13116).

A condição de vida de um professor era, portanto, precária. Uma profissão como a de alfaiate era mais rendosa, apesar de não exigir formação. I. M., professor da mesma Academia já citada, exercia, de forma concomitante, a profissão de marceneiro, dedicando-se quase que exclusivamente a este último ofício. Referiu-se à condição dos professores da seguinte forma: “[...] a situação para quem vive do ensino é bem desagradável pela baixa remuneração que os professores percebem” (MAGISTÉRIO PRIMÁRIO, 1947, ed. 13116). Ainda destacou: “[...] para o ensino, o prejuízo é grande, pois se observa verdadeira deserção pelos elementos de inegável capacidade que se voltam para profissões mais compensadoras” (MAGISTÉRIO PRIMÁRIO, 1947, ed. 13116). Isso posto, evidenciam-se questões relacionadas à não valorização da profissão e consequente evasão do magistério. E se não compensava, por certo não representava uma profissão condigna para que nela se mantivesse.

O professor R. M., que atuava como guarda livros, manifestou-se dizendo que “[...] os educadores primários vivem em absoluta inferiorização econômica, e por isso o magistério conta com poucos profissionais. A maioria não faz de tão importante mistério o seu verdadeiro ganha-pão, e eu sou um deles” (MAGISTÉRIO PRIMÁRIO, 1947, ed. 13116). Ele concluiu seu pensamento relatando que “[...] mesmo que se valorize o dinheiro ou melhore o poder aquisitivo, o professor continuará condenado à majoração infima que lhe foi imposta” (MAGISTÉRIO PRIMÁRIO, 1947, ed. 13116). Esse professor se mostrava pessimista ao afirmar que a situação dos professores não mudaria, mesmo que o salário aumentasse. Posição representativa da imagem desgastada que já se formava da profissão. Sua fala denuncia, ainda, salas superlotadas e reduzido número de profissionais.

O professor E. P. atuava como corretor de praça e estudava para se tornar contador. Relatou que tinha como objetivo afastar-se do magistério alegando que “[...] é digna de lastima a situação econômica do professor primário em nosso Estado. **Não me interessa mais essa profissão.** Envergonho-me de pertencer a essa classe” (MAGISTÉRIO PRIMÁRIO, 1947, ed. 13116). A frase, título da dissertação que resultou o presente artigo, evidencia “vergonha” da profissão, o que acaba por sintetizar outras falas sobre desvalorização da profissão e baixa remuneração. Nesse sentido, traz elementos acerca do magistério na fala de quem efetivamente vivenciava o cotidiano em sala de aula, o que contrapunha discursos que se pautavam pela idealização de um certo prestígio social da profissão.

O professor E. Z. trabalhava tanto no magistério público quanto no privado. No magistério público, atuava como inspetor municipal de ensino e seu salário era equivalente ao de professor. Salientou que “[...] de um salário vital precisam os professores, salário que garanta a família, vida social, cultural (compra de livros, conferências, especialização)” (MAGISTÉRIO PRIMÁRIO, 1947, ed. 13116). Relatou, ainda, que “[...] o trabalho do professor primário ao meu ver corresponde simplesmente à desvalorização do trabalho intelectual” (MAGISTÉRIO PRIMÁRIO, 1947, ed. 13116).

O professor A. M. atuava também como jornalista. Expressou-se dizendo que o salário recebido era uma verdadeira afronta, e que não estava de acordo com o custo de vida, o que só poderia ser prejudicial ao ensino. Destacou a importância da organização da carreira a partir de critérios de estudo: “Acho mais que o ensino em nosso Estado precisa de nova organização e que a carreira do professor deve ser estudada. Os cargos deverão ser preenchidos tendo-se em conta antiguidade, merecimento e concurso” (MAGISTÉRIO PRIMÁRIO, 1947, ed. 13116).

O professor e diretor P. C. era também horticultor. Ao denunciar a “situação econômica do professor”, endereçou o discurso ao então governador do estado:

A situação econômica do professor não é condigna porque ao lado do trabalho exagerado se lhe impõem vida precariamente modesta.

Oxalá o sr. Moisés Lupion ampare ao professor porque até agora se lhe tem negado a devida consideração. Eu sou um pária de sorte. Vivo do magistério e morrerei como mestre-escola. Nas horas vagas dedico-me à horticultura, auferindo parcós lucros com vendas feitas na Feira-Livre. Não me dedico a outra profissão porque me sinto amarrado ao magistério. Há 15 anos sou mestre, meu diploma consegui com sacrifícios e acho que vale muito para mim mesmo. Sou um indivíduo de constituição fraca e outro mistério não me atraí. Tenho esperanças no governo de Moisés Lupion. (MAGISTÉRIO PRIMÁRIO, 1947, ed. 13116).

Uma semana após a publicação da reportagem referente à ocupação de outras profissões pelos professores como forma de complemento de renda, o jornal divulgou a repercussão do tema:

Os assuntos de interesse do magistério primário abordados por este jornal em notas recentemente divulgadas, encontraram larga repercussão não só no seio do magistério como igualmente entre as nossas altas autoridades. Demonstração disso é o fato que tais assuntos na forma como foram por nós explanados, devem ser incluídos na agenda dos trabalhos da Conferência dos Municípios, a ser inaugurada no próximo dia 5, nesta cidade, sob a presidência do Governador Moysés Lupion. Assim aquela matéria que se reveste de tão alta importância para a classe dos educadores será amplamente debatida no grande conclave em que tantas outras questões relevantes deverão merecer a atenção dos homens públicos que participarão da conferência. Desse modo aquelas publicações do Diário dos Campos assumem o caráter essencial que com efeito se lhes atribuiu, de espontânea e sincera colaboração com os poderes públicos. (NOTÍCIA..., 1947, ed. 13121).

Percebe-se, pelo trecho da matéria, a relevância da utilização da imprensa como forma de propiciar visibilidade às lutas de diferentes setores sociais, o que evidencia a atuação do editor do **Diário**, José Hoffmann, posicionando-se em meio a disputas políticas locais e regionais pela própria seleção das matérias publicadas, seja em defesa das condições salariais e de carreira dos(as) professores(as), seja pela vinculação às demandas que o contexto de mando político requeria. Importante ressaltar que, em diversos momentos, temas educacionais e da profissão foram publicados nas décadas pesquisadas, ainda que não fosse de forma regular e sistemática, como é o caso da matéria publicada em 6 de outubro de 1948:

Não há a menor dúvida de que o ensino deve ser gratuito e, se impossível isto, ao menos cada vez mais barato: pois a Pátria precisa educar todos os seus filhos, para possuir

cidadãos esclarecidos e dignos. [...] É louvável, por parte dos poderes públicos, o barateamento do ensino público, e até a sua gratuidade, o que seria o ideal. Porém reduzir o ganho dos professores, que já são patrioticamente sacrificados em sua nobre profissão, isso não é justo nem cabível pela própria lei do país, que impede a redução de salários e vencimentos. Achamos que os exames de madureza devem ser rigorosos quanto baratos, para que os rapazes usufruam-lhe os benefícios. Mas o governo pague o trabalho dos professores, pois das costas de todos deve sair as despesas da instrução pública. (ENSINO..., 1948, ed. 15354).

De acordo com Souza (2009, p. 346), a partir de 1945, dentre os principais problemas educacionais no país, pode-se citar “[...] a falta de vagas, a alta seletividade do ensino público, as péssimas condições materiais das escolas, o despreparo dos professores, o arcaísmo dos métodos de ensino, a incompatibilidade entre a escola e as necessidades da sociedade brasileira”. Entretanto, seria um equívoco pensar que os professores(as) aceitavam de forma inquestionável tais condições. Demonstrativo disso foram movimentos realizados para pressionarem os governos, como registrado em 12 de novembro de 1948. O **Diário** publicou matéria de que, em São Paulo, mais de dois mil professores(as) primários(as) haviam se reunido para reclamar seus direitos. Noticiava-se sobre expectativas de que esse movimento chegasse ao Paraná, entretanto, com alguns poréns.

Como se vê, os professores primários de São Paulo sabem pleitear os seus direitos. Pugnam os mestres paulistas para a equiparação de seus vencimentos. Deve o magisterio primário secundar esses passos. Um professor paranaense das primeiras letras percebe vencimentos insuficientes, de 980 cruzeiros por mês, menores que os seus confrades bandeirantes. Não dizemos que o professorado paranaense vá à praça pública e que reclama, em altos brados, os seus direitos. Não há mister estender-se a tanto, cremos. Mas que articulem um movimento pacífico através de comissões e congressos para terçarem por um direito que ninguém lhes poderá negar – o de auferirem os proventos que os capacitem a levar vida decente e imune de privações. Um memorial que dirijam nesse sentido ao executivo e ao legislativo estaduais não poderia ser olhado com indiferença pelos dois citados poderes. Estamos com os professores primários. Porque eles representam uma classe benemerita que tem visto preteridos os mais lídimos direitos. (O PROFESSORADO PRIMÁRIO, 1948, ed. 15354).

Apesar do **Diário** publicar conteúdo em defesa dos direitos dos(as) professores(as), refutava-se a ideia de uma greve ou mesmo de manifestações em praça pública. Aconselhavam que os(as) professores(as) primários(as) lutassesem por seus direitos, mas de forma “pacífica”, o que pode denotar que o zelo editorial pela ordem pública pesava mais do que propriamente o teor da agenda das reivindicações.

Outro registro significativo diz respeito às diferenciações de salário e carga horária entre ensino primário, secundário e superior, conforme carta de um professor que reclamava que, no ensino secundário, usufruía-se de férias mais extensas, não precisando trabalhar em dias frios de inverno, dentre outras condições mais favoráveis entre o meio urbano e rural, conforme matéria de 31 de maio de 1947:

Os cursos secundários e superiores que constam de alunos de mais idade são mais favorecidos. Além de gosarem de mais férias, os pais, em maioria, dispõem de melhores meios permitindo com que seus filhos possuam o agasalho suficiente, além do conforto que a vida urbana já oferece. No interior a criança mal sabe o que vem a ser uma rua calçada, uma galocha ou um bonde. E como não dispõe de relógio marca as horas pelo sol. Durante os dias nublosos de inverno não sabe a hora que sai de casa, sendo-lhe portanto indiferente chegar no estabelecimento as 8 como as 9 horas. Durante os dias de frio, antes de qualquer trabalho escrito, temos necessidade de retirar a classe ao pateo e fazer realizar exercícios físicos a fim de que possam manter o lapis e flexionar os dedos para a devida escrita. Com três horas de aula diária temos, ainda, necessidade de suprir ou reduzir explicações que tornariam mais completo e eficiente vários assuntos do programa. Além disso tal distribuição de aula é desvantajosa causa pela baixa frequência

verificada nesse mês, e o que poderá se esperar em junho? Considerando isso tudo, não haverá progresso na classe o que nos desinteressa por completo: então não podemos fazer de nossa profissão uma missão. Devendo serem as férias distribuídas do mesmo modo para todos os cursos em todos os Estados do país, os vencimentos por sua vez também deviam ser iguais. (RECOMPENSA..., 1947, ed. 13099).

Essas diferenças de condições de trabalho, calendário letivo e remuneração evidenciam disparidades entre os níveis de ensino, cabendo especialmente aos que trabalhavam com o ensino primário o ideário de vocação, tão difundido na temporalidade tratada. Todavia, a carta é demonstrativa de como tais professores(as) não eram meros(as) receptores(as) dos discursos oficiais.

Outra carta de uma professora primária do interior do estado traz novamente à cena críticas ao governo de Moysés Lupion pelo recorrente atraso no pagamento dos salários. Denunciava-se que o governador se enaltecia por arrecadar milhões de cruzeiros aos cofres públicos, gastando com festas e excursões políticas; entretanto, não pagava o salário dos(as) professores(as). O conteúdo dizia, dentre outras questões, atraso no vencimento de natal, ficando impossibilitados de comprar presentes. A carta é de 11 de janeiro de 1950:

Uma grande tristeza invadiu minha alma, ao lembrar que desde outubro não sei o que é envelope de pagamento. Tenho recorrido semanalmente a meu procurador, e sempre a mesma notícia, nada. Esse nada!!! É como uma punhalada em meu coração, que com tanto esmero e sacrifício batalho neste interior, com uma turma de sessenta alunos de ambos os性os, dirigindo três classes em uma só sala, ainda passar um fim de ano tão despercebido. Assim, **se não fôsse meu paizinho, que é funcionario ferroviario**, talvez eu não soubesse o que era o pão de natal deste ano. Assim, passou o fim de ano e quase no dia quinze do 1º mês de 1950, e nem aviso de pagamento. Não tivemos pagamento em mês de novembro. Esperavamos receber com o envelope de dezembro e abono de natal e nada! Creio que as professoras do interior trabalham igual às da cidade e talvez mais, muito mais, porque ser professora é bom, mas não no interior onde as condições de vida e outras circunstâncias são diferentes. Será porque sómos professoras do interior, porque sujeitamos a embrenhar-se por estes sertões, alfabetizando estas pobres crianças, que não conhecem senão seus pais em casa, será por isso que sómos desprotegidas? Podíamos ser um pouquinho mais consideradas pelo nosso governador. Sómente nós do interior é que ficamos à espera da boa vontade dos superiores. (DESDE OUTUBRO..., 1950, ed. 15495, grifo nosso).

Finalizando a carta, escreveu que esperava receber em março, maio ou junho. Destaque-se o trecho da carta em que a professora relatava estar sendo sustentada por seu pai. O magistério, especialmente das primeiras letras, constituía-se em uma profissão exercida essencialmente por mulheres, gerando praticamente um consenso de que a estas não caberia obrigação no sustento da casa, ainda que, muitas vezes, o cotidiano em que viviam fosse exatamente o contrário.

Os trechos selecionados das matérias publicadas no **Diário** apontam que o estudo de representações de professores(as) podem ser compreendidos a partir de diferenciados ângulos, pois ainda que o jornal local pesquisado adotasse uma linha editorial própria, posicionando-se a partir de conjunturas políticas específicas do contexto tratado, foi possível perceber tanto convergências quanto diferenciações argumentativas entre os interlocutores nas publicações tratadas. O que, de toda forma, evidencia como a própria área educacional constitui-se, historicamente, marcada por disputas discursivas e lutas culturais, fundamentalmente no que se refere às remunerações e às condições de trabalho docente.

Considerações finais

A análise documental apontou questões centrais sobre representações de professores(as) publicadas nas páginas do jornal **Diário dos Campos**, a partir das categorias condições de trabalho e remuneração. Compreendendo tratar-se de um veículo de representatividade local e regional, percebeu-se, na fala de diferentes interlocutores, o protagonismo da editoria na seleção dos temas e do teor discursivo da produção jornalística, tomando como premissa que “[...] a significação é posta em discurso através de um jogo de dito e não dito, de explícito e implícito” (CHARAUDEAU, 2013, p. 39).

É nessa direção que foi significativo constatar que discursos veiculados e representações delineadas sobre professores(as) incidiram na forma como estes(as) eram vistos(as) e serviam, em grande medida, como modelos de normatização de condutas sociais em meio a disputas políticas e debates educacionais marcantes sobre a educação pública e, mais especificamente, sobre a profissionalização docente, no período de 1932 a 1950. Justamente porque o descaso com a educação, especialmente a primária, levava a um descaso da profissão, ainda que muitos discursos forjassem um certo prestígio social do magistério, vale destacar que o recorte temporal da pesquisa se insere no período do Estado Novo, o que indica um contexto de censuras e de repressões. Entretanto, foi possível destacar contradições discursivas e diferentes possibilidades de apreensão representativa.

Fundamental considerar que, conforme Chartier (2011, p. 23), “[...] as representações possuem uma energia própria, e tentam convencer que o mundo, a sociedade ou o passado é exatamente o que elas dizem que é [...]”. Nessa perspectiva, o movimento das construções discursivas podem apresentar ora conformações, ora contradições, daí que já se tratou na primeira parte deste artigo, que: “As lutas de representações são assim entendidas como uma construção do mundo social por meio dos processos de adesão ou rechaço que produzem (CHARTIER, 2011, p. 22)”. Assim sendo, é desse movimento que são formadas percepções dos sujeitos no mundo, gerando ações reais e concretas, ou seja, práticas socioculturais que, no caso do presente estudo, centralizou-se nos professores primários do Paraná.

As matérias publicadas no **Diário** demonstraram a questão da desvalorização docente de forma bastante contundente no período analisado, visto a recorrência dessa temática no teor das notas. Os salários eram baixos, atrasavam constantemente e as condições de trabalho eram precárias. Concomitantemente, propagavam-se discursos de que o magistério deveria espelhar-se por um ideário de sacerdócio, como missão, prescindindo de pautas afetas à carreira ou constância no pagamento dos salários e variando bastante de uma localidade para outra. Comparado a outras profissões, a remuneração também se mostrava baixa, o que levava muitos(as) professores(as) a procurarem outras profissões.

Por fim, evidenciou-se que a educação foi e continua sendo marcada por jogos discursivos e lutas de representações. Uma escola não pode ser pensada como uma instituição isolada do meio político e cultural em que se insere e do processo histórico que a constituiu. Condições de trabalho e remuneração docente dizem muito desse processo.

Fontes consultadas no jornal **Diário dos Campos** (1932-1950)

A CARREIRA do professor. **Diário dos Campos**, Ponta Grossa, 23 jul. 1937. Ed. 9182.

DESDE outubro não recebem os professores estaduais. **Diário dos Campos**, Ponta Grossa, 11 jan. 1950. Ed. 15495.

ENSINO barato mas não a custa dos professores. **Diário dos Campos**, Ponta Grossa, 6 out. 1948. Ed. 15354.

FUNDOU-SE nesta cidade a Associação dos Professores Effectivos e Normalistas. **Diário dos Campos**, Ponta Grossa, 25 maio 1932. Ed. 5819.

MAGISTÉRIO primário. **Diário dos Campos**, Ponta Grossa, 22 jun. 1947. Ed. 13116.

MAIS PROFESSORAS. **Diário dos Campos**, Ponta Grossa, 25 nov. 1944. Ed. 13116.

NOTÍCIA alviçareira para o professorado. **Diário dos Campos**, Ponta Grossa, 29 jun. 1947. Ed. 13121.

O DIA do professor. **Diário dos Campos**, Ponta Grossa, 6 out. 1942. Ed. 11100.

O PROFESSORADO e o Sr. Manoel Ribas. **Diário dos Campos**, Ponta Grossa, 6 mar. 1932. Ed. 5756.

O PROFESSORADO PRIMÁRIO. **Diário dos Campos**, Ponta Grossa, 12 nov. 1948. Ed. 15384.

O REAJUSTAMENTO dos vencimentos dos professores paranaenses. **Diário dos Campos**, Ponta Grossa, 10 maio 1935. Ed. 6680.

OS PROFESSORES federaes continuam em lamentável atraso de vencimentos. **Diário dos Campos**, Ponta Grossa, 4 set. 1932. Ed. 5923.

PROBLEMAS educacionais: ordenado do professor. **Diário dos Campos**, Ponta Grossa, 19 maio 1944. Ed. 12064.

QUANTO ganha um professor. **Diário dos Campos**, Ponta Grossa, 27 maio 1935. Ed. 6684.

RECOMPENSA aos professores primários. **Diário dos Campos**, Ponta Grossa, 31 maio 1947. Ed. 13099.

REGISTRO profissional do professorado. **Diário dos Campos**, Ponta Grossa, 27 fev. 1940. Ed. 10429.

SERÁ comemorado hoje o “Dia do Professor”. **Diário dos Campos**, Ponta Grossa, 6 out. 1945. Ed. 12688.

Referências

BOMENY, H. M. B. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. In: PANDOLFI, D. (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 137-166.

BURKE, P. **O que é história cultural?** 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

CAPELATO, M. H. R. **Imprensa e história do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CAPELATO, M. H. R. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. In: PANDOLFI, D. (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1999. p. 167-178.

CHARAUDEAU, P. **Discurso das mídias**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

CHARTIER, R. **A história cultural entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa: DIFEL, 1990.

CHARTIER, R. **À beira da falésia**: a história entre certezas e inquietude. Porto Alegre: UFGRS, 2002.

CHARTIER, R. Defesa e ilustração da noção de representação. **Fronteiras**, Dourados, v. 13, n. 24, p. 15-29, jul./dez. 2011.

CHAVES, N. B. **A cidade civilizada**: discursos e representações sociais no jornal Diário dos Campos, na década de 1930. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2001.

CORDOVA, M. J. W. **Bento, Brasil e David**: o discurso regional de formação social e histórica paranaense. Curitiba: Editora da UFPR, 2016.

DARDE, V. W. S. A estrutura do discurso jornalístico e sua contribuição para a construção social da realidade. In: CONVENIT INTERNACIONAL, 13., 2013, Porto. **Anais eletrônicos** [...]. Porto: Universidade do Porto, 2013. Disponível em: <<http://www.hottopos.com/convenit13/05-16Vicente.pdf>>. Acesso em: 17 jun. 2020.

FLORIANO, J. S. **Não me interessa mais esta profissão**: representações dos professores no Jornal Diário dos Campos (1932-1950). 2019. 102 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2019.

GADINI, S. L. A imagem da Revolução Russa pela mídia regional no Paraná. **Revista Brasileira de História da Mídia**, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 141-161, jan./jun. 2018.

OLIVEIRA, R. C. **O silêncio dos vencedores**: genealogia, classe dominante e Estado no Paraná. Curitiba: Moinho do Verbo, 2001.

OSINSKI, D. R. B. Raul Gomes e o dia do professor: ações na imprensa em favor da valorização da profissão docente. In: VIEIRA, C. E.; OSINSKI, D. R. B.; BENCOSTTA, M. L. (orgs.). **Intelectuais, modernidade e formação de professores no Paraná: 1910-1980**. Curitiba: UFPR, 2015. p. 17-43.

PESAVENTO, S. J. **História & História Cultural**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

SIMÃO, A. “A espinha dorsal da nacionalidade”: a educação nos artigos de Mario Pinto Serva em O Estado de S. Paulo. (1915-1924). In: SEMINÁRIO DE PESQUISA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, 17., 2015, Marília. **Anais eletrônicos** [...]. Marília: UNESP, 2015. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Eventos/2015/xviiiseminariodepesquisadoprogramadepos-graduacaoemeducacao/alexandre_a-espinha-dorsal.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2020.

SODRÉ, N. W. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

SOUZA, R. F. de. **Alicerces da pátria**: história da escola primária no Estado de São Paulo (1890-1976). Campinas: Mercado de Letras, 2009.

Recebido em 01/05/2020

Versão corrigida recebida em 17/06/2020

Aceito em 18/06/2020

Publicado online 21/06/2020